

# DA IDÉIA DE CIÊNCIA ESPECIAL COMO *CRÍTICA DA RAZÃO PURA* E DA IDÉIA DE UM SISTEMA DA RAZÃO PURA COMO CIÊNCIA

LUIZ YANZER PORTELA

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

yportela@unioeste.br

**Abstract:** The objective of this paper is to show an interpretation of an idea of critique of pure reason as special science. We will reconstruct the arguments and the way of Kant to arrive to an idea of a science of pure reason and of a special science.

**Key words:** Kant – science – metaphisic – pure reason.

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apresentar uma interpretação da idéia de uma crítica da razão pura como ciência especial. Sendo assim, importa reconstruir os argumentos e o modo como Kant chega à “idéia” de uma ciência da razão pura, e, daí, à de uma ciência *especial*.

**Palavras-chave:** Kant – ciência – metafísica – razão pura.

## INTRODUÇÃO

O capítulo VII da *Introdução à Crítica da razão Pura* tem um título já por si sugestivo: “Idéia e divisão de uma ciência especial sob o nome de *Crítica da razão pura*” (CRP, B 24). Este título deixa transparecer que a denominação *Crítica da Razão Pura* não deverá ser atribuída a uma ciência qualquer, mas a uma ciência que tenha um *status especial*.

Nesse capítulo, diferentemente do que se poderia supor, Kant não se atém simplesmente a apresentar o que caracteriza uma ciência especial chamada *Crítica da Razão Pura*. Para caracterizá-la, tem que chegar à “idéia” de uma tal ciência. A essa “idéia” se chega por contraste com a “idéia” de um outro tipo de ciência, que poderíamos, de início e vagamente, qualificar de “não especial”.<sup>1</sup> Sendo assim, importa reconstruir o modo como Kant chega à “idéia” de uma ciência da razão pura, e, daí, à de uma ciência *especial* denominada *Crítica da Razão Pura*.

## O PROCESSO

O processo de que Kant se vale para chegar à “idéia” de uma ciência da razão pura pode ser reconstruído da seguinte forma: Kant parte da asserção de que “a razão é a faculdade que fornece os *princípios* do conhecimento a priori” (CRP, B 24). Desta asserção infere que “a razão pura deveria então conter os princípios para conhecer algo absolutamente a priori” (CRP, B 24). A partir disto estabelece que:

---

<sup>1</sup> Contudo, mesmo podendo, dessa forma, atribuir o *status* de “não especial” a essa ciência à qual a *Crítica da Razão Pura* será contrastada, é importante frisar que o *status* desta última não será igualado ao das ciência particulares (especiais), como por exemplo a Física ou a Matemática, frente às quais ela manteria o *status* de “especial”. E isto porque não se trata aqui de uma ciência deste tipo, mas de uma ciência filosófica enquanto uma ciência da razão pura.

a) “um conjunto daqueles princípios segundo os quais todos os conhecimentos puros *a priori* podem ser adquiridos e realizados, seria um organon da razão pura” (CRP, B 24-5);

b) “a aplicação detalhada de tal *organon* proporcionaria o sistema da razão pura [ciência<sup>2</sup>].” (CRP, B 25)

Partindo da asserção de que a razão é a faculdade que fornece princípios do conhecimento *a priori*, Kant chega à “idéia” de uma ciência da razão pura como um sistema da razão pura. Estabelecida a “idéia” de uma ciência como sistema da razão pura, importa agora saber como Kant, a partir daí, chega à “idéia” de uma ciência especial denominada *Crítica da razão pura*.

Dado que a “idéia” de uma ciência como sistema da razão pura, é extraída do fato de que a razão pura deve fornecer princípios para o conhecimento *a priori*, mas dado também o fato de que tal ciência pode ser considerada como uma “idéia”, enquanto é uma possibilidade que se apresenta para a razão pura, Kant sugere alguns motivos que permitem duvidar da potencialidade da razão pura para estabelecer efetivamente esta ciência. Tais motivos são:

a) a grandiosidade deste empreendimento;

b) a incerteza quanto ao poder da razão pura de ampliar conhecimentos;

c) incerteza quanto aos casos em que talvez seja possível uma ampliação do conhecimento.

Apresentando esses motivos como razões suficientes para se questionar o poder da razão pura em estabelecer uma ciência que se apresente como *realização* da “idéia” de um sistema da razão pura, Kant os apresenta também como motivos que sugerem a “idéia” de uma ciência que possa avaliar a constituição da razão, medir sua potencialidade para adquirir princípios para o conhecimento *a priori*, delimitar os âmbitos deste conhecimento e decidir a respeito de um efetivo sistema da razão pura. A “idéia” de uma ciência deste tipo, segundo Kant, seria a de uma “ciência da simples avaliação da razão pura, das suas fontes e limites, como propedêutica ao sistema da razão pura” (CRP, B 25). Contudo, a “idéia” de uma ciência desse tipo, com este duplo *status* (avaliatório e propedêutico), por contraste com a “idéia” de uma ciência como sistema da razão pura, deveria ser a de uma ciência *especial* e “teria que se denominar *Crítica da razão pura*” (CRP, B 25).

Estabelecido assim como Kant, na *Introdução*, capítulo VII, chega à “idéia” de um sistema da razão pura como ciência, e, por contraste com esta última, à “idéia” de uma ciência *especial* denominada *Crítica da Razão Pura*, é importante ressaltar que na *Arquitetônica da razão pura* (B 869) Kant se refere ao estabelecimento efetivo tanto de uma quanto de outra destas ciências que se apresentam na *Introdução* como “idéia”<sup>3</sup>. Neste sentido, a necessidade do estabelecimento de uma

<sup>2</sup> O uso do termo “ciência” usado aqui para o sistema da razão puro não aparece na passagem referida, mas é utilizado de acordo com CRP, B 869.

<sup>3</sup> Essa ressalva é importante para evitar que ocorra o inconveniente de se considerar uma quimera tanto a “idéia” de uma ciência como sistema da razão pura como a “idéia” de uma ciência especial chamada *Crítica da Razão Pura*. Esse erro poderia ser ocasionado por termos usado aqui o termo “idéia” em sentido lato, significando, por vezes, tanto uma possibilidade como uma necessidade. Por outro lado, deve-se assinalar que se Kant, com a *Crítica da Razão Pura*, efetivamente estabelece esta ciência especial, mas não chega a estabelecer efetivamente todo o sistema da razão pura, não é verdade que tenha abandonado a “idéia” deste sistema, como o provam a *Metafísica dos Costumes* e *Os Princípios para a Metafísica da Natureza*.

ciência *especial* como *Crítica da Razão Pura*, que Kant apresenta na *Introdução* como condição necessária para uma decisão acerca da possibilidade de uma ciência que se apresenta como a “idéia” de um sistema da razão pura, quando transformada em efetiva realização, na *Doutrina dos Elementos*, apresentará as condições positivas necessárias<sup>4</sup> para que na *Doutrina do Método* a *Arquitetônica* possa fornecer o esboço do efetivo estabelecimento de uma ciência como sistema da razão pura.

Também é importante ressaltar que se, de acordo com as passagens acima citadas da *Introdução*, Kant, por um lado, infere a “idéia” de uma ciência como sistema da razão pura (considerada como a aquisição e aplicação detalhada de um *organon* da razão pura, que seria “um conjunto dos princípios segundo os quais todos os conhecimentos puros *a priori* podem ser adquiridos e efetivamente realizados” (CRP, B 25)) da asserção de que a razão pura é fonte de princípios para o conhecimento *a priori*, e, por outro lado, infere a “idéia” de uma ciência que deve se denominar *Crítica da Razão Pura* (ciência da simples avaliação da razão pura de suas fontes e limites como propedêutica ao sistema da razão pura) dos motivos (acima) para duvidar do estabelecimento de uma ciência como sistema da razão pura, esta última inferência não é feita sem levar em consideração as asserções que pautaram a inferência da “idéia” de um sistema da razão pura como ciência, ou seja, a asserção de que “a razão é a faculdade que fornece os princípios do conhecimento *a priori*” (CRP, B 24) e a asserção de que “a razão pura é aquela que contém os princípios para conhecer *algo* absolutamente *a priori*” (CRP, B 25).

A partir de tais ressalvas, podemos afirmar que se o que está em jogo quando Kant atribui à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma ciência *especial* (ciência da simples avaliação da razão pura, de suas fontes e limites) é encontrar uma resposta aos motivos acima relacionados que levam a duvidar da capacidade da razão pura para constituir uma ciência como sistema da razão pura então, uma resposta definitiva a estas dúvidas só deverá ser encontrada quando se proceder à investigação da própria faculdade da razão pura enquanto possível fonte de princípios para se conhecer *algo* absolutamente *a priori*, tornando-se, assim, condição para que o sistema da razão pura (enquanto conjunto de todos os princípios *a priori* e sua aplicação detalhada a todo o conhecimento *a priori* que a razão pode alcançar) possa ser efetuado a necessária instituição prévia

---

<sup>4</sup> Turró (1996, p. 47) está em desacordo com o que afirmamos aqui, pois considera que a apresentação da divisão do sistema da razão pura apresentada na *Arquitetônica* é “desenhada em abstrato a partir da noção de conhecimento racional por conceitos, prescindindo de toda a referência a objetos ou conteúdos.” Isto, segundo o autor, significa que Kant não “teria feito todavia utilização dos resultados da crítica no que afeta a nossa possibilidade de conhecer aqueles objetos”. Assim, o esboço do sistema da metafísica da natureza aí apresentado é o esboço de um sistema que se apresentaria a partir de princípios aparentes e não verdadeiros. Deste modo, Turró defende que o plano de um sistema de metafísica apresentado na *Arquitetônica* não é o plano de um sistema real de metafísica que deveria ser erigido depois de concluída a *Crítica da Razão Pura*, mas o plano de uma metafísica que seria possível se fossem descartadas as conclusões da estética, da analítica e da dialética transcendentais. Contra isso ver, dentre outros, Freuler (1992, p. 340-355), Caimi (1989, p.76-83 e 1992, p. 273-286) e Loparic (2000, p. 273-299), que defendem que a *Dialética Transcendental* não é só a destruição da possibilidade da metafísica especial dogmática, mas também a apresentação positiva das condições que propiciam uma metafísica especial reformada, cujo plano será exposto na *Arquitetônica*. As condições positivas deste novo tipo de metafísica especial são apresentadas por Kant na *Dialética Transcendental* quando empreende uma dedução transcendental das idéias, a qual possibilita a existência de um conhecimento analógico e simbólico expresso por juízos sintéticos *a priori* simbólicos.

da *Crítica da Razão Pura* como avaliação das fontes e estabelecimento dos princípios que permitam delimitar o que é o *algo* que pode ser conhecido absolutamente *a priori*.

A partir desta perspectiva, a *Crítica da Razão Pura* deverá proceder sistematicamente a uma investigação acerca de:

- a) que faculdades são constitutivas da razão pura (em sentido amplo);
- b) se tais faculdades podem, e como podem, ser fontes de princípios *a priori*;
- c) que tipo e quais são os princípios fundamentais que residem nestas fontes e quais os limites e a extensão de seu uso;
- d) como, a partir destes princípios e de seu uso, pode-se pré-formar o sistema de aquisição de um conjunto de princípios puros *a priori* que propiciem todo conhecimento puro *a priori* a respeito da totalidade dos âmbitos a que a razão pode legitimamente estender seu conhecimento (ou seja, um *organon* e um sistema da razão pura).

Como Kant apresenta a *Crítica da Razão Pura* como ciência *especial*, propedêutica à ciência do sistema da razão pura, e como esta última deverá estar na dependência do prévio e efetivo estabelecimento da primeira, a *Crítica da Razão Pura* não deverá somente se ater a avaliar sistematicamente a faculdade da razão pura (no sentido a) ou b) acima descrito), mas deverá também, mediante tais pressupostos, avaliar e decidir a respeito do que (no sentido c) e de que modo pode ser estabelecida uma ciência como sistema da razão pura (no sentido d)), traçando, assim, o plano de sua construção. Este sistema a ser pré-formado pela *Crítica da Razão Pura* será, então, constituído a partir da razão pura através do estabelecimento de um *organon* “como um conjunto de princípios segundo os quais todos os conhecimentos puros *a priori* possam ser adquiridos e realizados” (CRP, B 25) e deverá ser desenvolvido, de acordo com a *Arquitetônica da razão pura*, na forma de um conjunto de ciências relacionadas entre si (B 873-5).

Mediante tais considerações, observamos que Kant entende a possibilidade de existirem dois tipos de ciência filosófica: uma, especial, denominada *Crítica da Razão Pura* porque tem o duplo *status* de avaliar a razão pura, suas fontes e limites, e ser propedêutica ao sistema da razão pura; e, outra, o sistema mesmo.

Frente a isto, cabe, contudo, mais um esclarecimento. Se Kant, por contraste à ciência que é o sistema da razão pura, atribui à *Crítica da Razão Pura* o *status* de uma ciência *especial*, nem por isso é lícito pensar que ela não se constitua em um sistema, pois para Kant uma ciência é sempre um sistema de conhecimentos, isto é, a unidade de múltiplos conhecimentos articulados entre si a partir da idéia de um todo. Para Kant uma ciência não é um amontoado ou agregado de conhecimentos (de proposições) desprovido de unidade sistemática. Segundo ele “a unidade sistemática é aquilo que primeiramente torna um conhecimento comum uma ciência, isto é, faz um sistema a partir de um mero agregado de conhecimentos” (CRP, B 860) e um sistema é “a unidade dos conhecimentos múltiplos sob uma idéia.” (CRP, B 860). Desta forma a idéia que dá unidade a múltiplos conhecimentos e os constitui como sistema científico é “o conceito racional da forma de

um todo na medida em que tanto a extensão do múltiplo quanto as posições que as partes ocupam umas em relação às outras são determinadas a priori por tal conceito.” (CRP, B 860).

Estando assim caracterizado que Kant entende por ciência um sistema, e que este deve ser entendido como a unidade sistemática de um múltiplo de conhecimentos conectados entre si a partir da idéia de um todo, temos que tanto a *Crítica da Razão Pura* como o sistema da razão pura, por serem considerados ciências, devem possuir o *status* de sistema.

No entanto, mesmo sendo lícito, pelo motivo acima mencionado, denominar tanto a *Crítica da Razão Pura* quanto o sistema da razão pura como ciências ou sistemas de conhecimentos, não é legítimo atribuir-lhes *status* sistemático e científico idênticos. E isso porque, em se tratando de duas ciências distintas, a idéia do todo que deve articular múltiplos conhecimentos dando-lhes uma unidade sistemática enquanto sistema e ciência deve estar referida a seus escopos distintos.

Se a *Crítica da Razão Pura*, frente à ciência do sistema da razão pura, pode ser considerada uma ciência *especial* porque avaliatória e propedêutica, e se tal ciência pode ser considerada um sistema porque seus múltiplos conhecimentos são unidos e articulados entre si a partir da idéia de um todo, devemos então concluir que a idéia desse todo é a de que a razão pura possui em si “uma estrutura articulada onde tudo é órgão, ou seja onde tudo existe para cada parte e cada parte para todas as outras” (CRP, B XXXVIII), e que é possível, tendo isso em vista, produzir um completo e exaustivo sistema de conhecimentos acerca da estrutura peculiar da razão pura por meio da avaliação de suas fontes, limites e extensão (no sentido descrito acima nos pontos a, b, c, d).

Por outro lado, temos:

i) que a possibilidade de uma ciência filosófica como sistema da razão pura está na dependência do prévio estabelecimento da *Crítica da Razão Pura*, já que esta última deve decidir acerca do estabelecimento da primeira (conforme ponto d) acima descrito);

ii) que o sistema da razão pura deve ser a aplicação detalhada de um *organon*, que é a aquisição de todos os princípios puros a priori segundo os quais todos os conhecimentos puros *a priori* podem ser adquiridos;

iii) que “um *organon* é uma indicação da maneira de levar a cabo um certo conhecimento” e que “... isso implica que eu já conheça o objeto de conhecimento a ser produzido segundo estas regras”. “... porque ele pressupõe o conhecimento exato das ciências, de seus objetos e fontes” (*Lógica*, A5);

iv) que um *organon* da razão pura não é efetivado na *Crítica da Razão Pura*, já que é ela que deve decidir acerca de sua possibilidade<sup>5</sup>;

v) que um sistema como a unidade de múltiplos conhecimentos está na dependência da idéia de um todo;

Dados esses elementos, devemos concluir que a idéia do todo, que dá unidade aos múltiplos conhecimentos do sistema da razão pura, e que deve propiciar a possibilidade do

---

<sup>5</sup> Conforme CRP, B 26. “Na medida do possível, por conseguinte, uma tal crítica é uma preparação para um organon e, se este não tiver êxito, pelo menos para um cânon dos conhecimentos a priori...”

estabelecimento de um *organon* e de sua aplicação detalhada, é projetada pela ciência filosófica denominada *Crítica da Razão Pura* quando ela descobre, em sua avaliação da razão pura, que esta possui em si a possibilidade de conter um número exaustivo de princípios a priori que possam fornecer todos os conhecimentos acerca de todos os âmbitos (objetos) que sejam de sua alçada. Isto é, que a razão pura possui a peculiaridade de conter o conjunto de todos os princípios a priori (*organon*) que forneçam a possibilidade da instituição de um sistema da razão pura, compreendido como um sistema de conhecimentos articulados, na forma de ciências distintas e interconectadas, como meio para realizar os seus fins essenciais. Tais fins da razão pura, que a *Crítica da Razão Pura* descobre como sendo os de uma legislação universal da natureza e da liberdade (CRP, B 868), seriam, então, a idéia de um todo que permite dar unidade a múltiplos conhecimentos de ciências distintas mas relacionadas entre si. A partir da delimitação destes fins da razão pode a *Crítica da Razão Pura*, como ciência filosófica propedêutica, esboçar uma *Arquitetônica* da razão pura que institua o esquema necessário da construção do sistema (filosófico) da razão pura, o qual deverá ser estabelecido mediante a apresentação de um *organon* e, conjuntamente, sua aplicação aos fins essenciais da razão. Neste sentido, atendo-se o sistema da razão pura a estabelecer um *organon* e aplicá-lo à realização dos fins essenciais da razão, deve se consistir no estabelecimento de uma filosofia da natureza e de uma filosofia dos costumes, as quais, por serem as partes doutrinárias principais da filosofia da razão pura, denominada Metafísica enquanto conhecimento racional por conceitos (CRP. B 878), devem merecer o nome de metafísica da natureza e metafísica dos costumes, pois, como diz Kant: “a Metafísica se divide no uso *especulativo* e no uso *prático* da razão pura, sendo portanto ou *metafísica da natureza* ou *metafísica dos costumes*.” (CRP. B 869)

As ciências que visam à realização dos fins essenciais da razão \_ a metafísica da natureza e dos costumes \_ são rubricas gerais de Kant para os dois blocos que constituem o edifício do sistema da razão pura. Enquanto sistema de metafísica que visa à unidade sistemática de todo o conhecimento puro a priori, o sistema da razão pura deve ainda se compartimentar em um conjunto de ciências metafísicas interconectadas e relacionadas em virtude das faculdades aptas para adquirir todos os conhecimentos que realizem os fins essenciais da razão. Essa compartimentação (as subdivisões) da metafísica da natureza e dos costumes, é importante observar, Kant, contudo, não apresenta totalmente na *Crítica da Razão Pura*, pois que na *Arquitetônica*, seção onde deveria esboçar todo o sistema da metafísica, só apresenta as subdivisões da metafísica da natureza. (CRP. B 873-5)

Nesta caracterização geral do *status* científico e sistêmico distinto, muito mais do que a diferença da *idéia de todo* que dá unidade aos múltiplos conhecimentos tanto à *Crítica da Razão Pura* quanto ao sistema da razão pura, o que chama atenção é o fato de que é o caráter avaliatório da *Crítica da Razão Pura* que propicia seu caráter propedêutico frente ao sistema da razão pura. Este caráter propedêutico se expressará maximamente na *Doutrina Transcendental do Método*, que, visando estabelecer o plano para a edificação do sistema da razão pura (CRP. B 735-6),

apresentará, em uma de suas subseções, a *Arquitetônica da Razão Pura*, o esquema deste sistema como sistema de metafísica (CRP B 873-875).

Chamada a atenção para este ponto, devemos salientar que na *Introdução* (capítulo VII) além de afirmar que a *Crítica da Razão Pura*, por contraste com a “idéia” de uma ciência enquanto sistema da razão pura, é uma ciência especial “da simples avaliação da razão pura, das suas fontes e limites como propedêutica ao sistema da razão pura” (CRP, B 25), Kant apresenta, também, a filosofia transcendental como a “idéia” de uma ciência para a qual a *Crítica da Razão Pura* deve projetar o plano completo, arquitetonicamente.

A filosofia transcendental é a idéia de uma ciência para a qual a *Crítica da razão pura* deverá projetar o plano completo, arquitetonicamente, isto é a **partir de princípios**, com plena garantia de completude e segurança de todas as partes que perfazem este edifício.<sup>6</sup> (CRP, B 27)

Essa última afirmação de Kant nos remete à necessidade de, para compreendermos melhor o *status* da *Crítica da Razão Pura* como ciência especial, abordarmos sua relação com a filosofia transcendental e desta com o sistema da razão pura, já que ambas se apresentam como a “idéia” de uma ciência que ela deve preparar.

A afirmação kantiana de que a *Crítica da Razão Pura*, frente à idéia de uma ciência do sistema da razão pura, é uma ciência especial propedêutica, e a de que esse também é seu *status* frente à idéia de uma filosofia transcendental, permite, de imediato, a compreensão de que, por um lado, a *Crítica da Razão Pura* não é o sistema da razão pura ou a filosofia transcendental enquanto ciência, e, por outro, que ela é uma propedêutica e o projetar de um plano completo e, arquitetonicamente, de um edifício que deve ser construído por outras ciências filosóficas transcendentais.

Dada esta compreensão, somos levados a presumir que quando Kant afirma que a *Crítica da Razão Pura* é uma ciência *especial* “como propedêutica” ou como “estabelecimento de um plano”, emprega esses termos em referência a um mesmo objetivo, qual seja, o esboço de um plano para a construção do edifício de uma ciência que se apresenta para a *Crítica da Razão Pura* como a “idéia” de um sistema da razão pura ou de uma filosofia transcendental. Considerando que esse possa ser o caso, é legítimo supor que, quando Kant se refere ao sistema da razão pura ou à filosofia transcendental, identifica ambas com a “idéia” de uma ciência filosófica que deve ser realizada em seu todo, após a conclusão da *Crítica da Razão Pura*, na forma de um edifício de ciências inter-relacionadas e interconectadas entre si.

Esta suposição de uma identidade entre sistema da razão pura e filosofia transcendental é ainda reforçada se considerarmos que tanto quando Kant se refere, na *Introdução*, à *Crítica da Razão Pura* como propedêutica ao sistema da razão pura, ou a ela como uma ciência que deve preparar o plano para a edificação da filosofia transcendental, ele o faz mediante afirmações que dão a entender que tanto uma quanto a outra devem ser erigidas após a *Crítica da Razão Pura*

---

<sup>6</sup> Destaque nosso.

porque, diferentemente desta última, que, enquanto uma ciência especial da avaliação da razão quanto a suas fontes e limites visa à purificação e retificação da razão, elas são, já, o estabelecimento e desenvolvimento de uma doutrina que visa à ampliação da razão mediante o estabelecimento de todo o conjunto, ou sistema, dos princípios que propiciam a aquisição de todo o conhecimento a priori pela razão pura.

Para compreender essa projetada identificação, entre sistema da razão pura e filosofia transcendental, e sua diferença para com a filosofia apresentada pela *Crítica da Razão Pura*, e para subsidiarmos a solução do enigma acima suscitado, procederemos da seguinte forma: em primeiro lugar, empreenderemos a exposição e interpretação das passagens da *Crítica da Razão Pura* em que Kant identifica o sistema da razão pura com a filosofia transcendental, mostrando que ambas estabelecem o conjunto, ou sistema, de todos os princípios da razão pura, pelo qual são adquiridos todos os conhecimentos a priori da razão; em segundo lugar, demonstraremos a partir de citações e de comentários que o fato de ambas as filosofias estabelecerem estes princípios e, com isso, adquirirem todos os conhecimentos possíveis pela razão pura é o responsável de que sejam idênticas enquanto doutrina e se diferenciem da *Crítica da Razão Pura*, que é uma ciência especial e propedêutica; em terceiro lugar, demonstraremos o que isso implica para a resolução de nosso enigma.

### **Da identidade entre sistema da razão pura e filosofia transcendental mediante o fato de que ambas estabelecem o sistema de todos os princípios para a aquisição de todos os conhecimentos possíveis pela razão pura.**

As passagens iniciais da *Crítica da Razão Pura*, que permitem compreender essa projetada identificação entre sistema da razão pura e filosofia transcendental a partir do fato de que ambas são o estabelecimento do conjunto ou sistema dos princípios da razão pura e que funcionam como princípios para aquisição de todos os conhecimentos adquiridos pela razão pura, são as seguintes:

**A filosofia transcendental** é a idéia de uma ciência para a qual a Crítica da razão pura deverá projetar o plano completo, arquitetonicamente, isto é, a partir de princípios, com plena garantia de completude e segurança de todas as partes que perfazem este edifício. Ela **é o sistema de todos os princípios da razão pura**. Que esta própria Crítica já não se denomina filosofia transcendental repousa simplesmente no fato que para ser um sistema completo, **precisaria conter também uma análise detalhada de todo o conhecimento humano a priori**.<sup>7</sup> (CRP, B 27)

Um organon da razão pura seria um **conjunto daqueles princípios segundo os quais todos os conhecimentos a priori podem ser adquiridos e efetivamente realizados**. A aplicação detalhada de um tal organon propiciaria um sistema da razão pura. Mas já que isso é pedir muito e ainda é incerto se também aqui e em que casos chega a ser possível uma ampliação do nosso conhecimento, podemos encarar uma ciência da simples avaliação da razão como propedêutica ao sistema da razão pura.<sup>8</sup> (CRP, B 24-5)

---

<sup>7</sup> Destaque nosso.

<sup>8</sup> Destaque nosso.

Apresentadas as passagens acima, analisemos cada uma em separado, para melhor compreender como podemos vislumbrar a identidade existente entre sistema da razão pura e filosofia transcendental.

Se atentarmos à primeira passagem constatamos de imediato, que Kant explicitamente se refere à filosofia transcendental como um edifício composto de partes, e que também a apresenta como o sistema de todos os princípios da razão pura. Agora, se atentarmos mais sutilmente à passagem, veremos que Kant não só apresenta a filosofia transcendental como o sistema de todos os princípios da razão pura, mas apresenta estes últimos como os que possibilitam todo o conhecimento *a priori*.

Para chegarmos a esta compreensão, a primeira coisa para a qual devemos atentar é que Kant, após apresentar a filosofia transcendental como o sistema de todos os princípios a priori, passa a apresentar, como justificativa para que a *Crítica da Razão Pura* não seja considerada filosofia transcendental, o fato negativo de que ela não é um sistema completo porque não analisa detalhadamente “todo o conhecimento humano *a priori*”. Atentos a isto, devemos, em segundo lugar, considerar que, mediante essa explicação negativa, a qual impede denominar a *Crítica da Razão Pura* de filosofia transcendental, deixa-se entrever aquilo que positivamente deveria ser a ocupação da filosofia transcendental, a saber: apresentar na forma de um sistema todos os princípios da razão pura, que se refiram à totalidade do conhecimento humano a priori, visto serem os que lhe devem constituir.

Compreendida desta forma a passagem acima, concluímos que a filosofia transcendental é apresentada por Kant como o sistema de todos os princípios a priori para todo conhecimento *a priori*.

Dito isto, analisemos a segunda passagem. Nesta, há um fator que de início dificulta a compreensão de que o sistema da razão pura é o estabelecimento de um conjunto ou o sistema de princípios para todo conhecimento a priori. É o fato de que Kant parece atribuir a função de estabelecimento do sistema destes princípios a um *organon*, e não ao sistema da razão pura. Desta forma, para superar esta dificuldade e posteriormente verificar se que há uma identidade entre a função da filosofia transcendental e a do sistema da razão pura, relacionando as duas passagens acima mencionadas, deveremos antes nos delongar na explicação desta aparente contradição.

Nesta passagem, Kant inicialmente afirma que um *organon* é “o conjunto de princípios segundo os quais todos os conhecimentos a priori podem ser adquiridos e efetivamente realizados”. Logo após afirma que “um sistema da razão pura seria proporcionado pela aplicação detalhada de um tal *organon*”. Mediante essa seqüência de afirmações somos de imediato conduzidos a supor que, o estabelecimento de um *organon* não cabe ao sistema da razão pura, mas o precede, e assim que o sistema da razão pura é o sistema de aquisição de todos os conhecimentos a priori, o qual, deve ser erigido isolada e posteriormente ao estabelecimento de um *organon*.

No entanto, talvez isso não seja o que Kant quer dizer. Talvez, dada a seqüência das afirmações, isso seja somente o que somos imediatamente tentados a compreender. Talvez o

sistema da razão pura não deva ser compreendido como sendo erigido somente após ter sido estabelecido um *organon*. Talvez ele, também, não seja caracterizado somente pela aquisição de todos os conhecimentos a priori, mas, seja caracterizado tanto pelo estabelecimento do conjunto dos princípios segundo os quais todos os conhecimentos a priori podem ser adquiridos e efetivamente realizados, como pela sua aplicação, enquanto aquisição desses conhecimentos. Em síntese, talvez o sistema da razão pura seja constituído como um *organon* e sua aplicação detalhada.

Um indício, a saber, de que Kant considera que este deve ser o caso encontramos na segunda passagem acima, quando Kant afirma que a *Crítica da Razão Pura* como avaliação da razão pura, de suas fontes e limites, é uma propedêutica ao sistema da razão pura e não a um *organon* que seria propedêutico ao sistema da razão pura. No entanto, esta afirmação de Kant que estamos considerando como um indício de que o sistema da razão pura se constitui já como um *organon* e sua aplicação detalhada, pode ser o indício de outra coisa. Pode ser o indício de que a *Crítica da Razão Pura* seja ela mesma um *organon*. De modo que podendo este ser o caso teríamos aqui outra explicação para o fato de que na passagem acima a *Crítica da Razão Pura* seria considerada como propedêutica a um sistema da razão pura e não a um *organon*, o qual seria preparação para um sistema da razão pura.

Dadas ambas as possibilidades de compreender a relação que se estabelece entre *Crítica da Razão Pura*, *organon*, e sistema da razão pura, e, também a existência de uma dúvida quanto à possibilidade de uma compreensão adequada a cerca do que Kant afirma, vejamos inicialmente se esta última possibilidade, a saber, a de que a *Crítica da Razão Pura* é um *organon* da razão pura e enquanto tal propedêutica ao sistema da razão pura, é sustentável.

Antes de nos referirmos às passagens que vêm imediatamente após as que citamos, e que podem nos esclarecer acerca deste ponto, devemos dizer que existem duas razões fortes na doutrina kantiana que impedem que a *Crítica da Razão Pura* seja considerada como um *organon* da razão pura (Bonaccini 2000, 55-6).

A primeira é que na mesma *Crítica da Razão Pura*, em B 84 e B6 Kant interdita que toda a segunda parte da *Teoria transcendental dos elementos*, denominada *Lógica transcendental*, que compreende, além da *Analítica transcendental*, a *Dialética transcendental*, seja um *organon*. Em fazendo isso Kant impede que aqueles princípios que são expostos na *Analítica dos Princípios*, e que inclusive justificam a existência da investigação empreendida na *Estética Transcendental*, sejam pertinentes a um *organon*. Impossibilitado que tais princípios sejam o de um *organon* e não havendo na *Doutrina Transcendental do Método* a exposição de um sistema de princípios, que poderia ser o concernente a um *organon*, fica evidente que a *Crítica da Razão Pura* não é o estabelecimento de um *organon* da razão pura.

Para além desse fato, podemos nos certificar de que para Kant a *Crítica da Razão Pura* não é um *organon*, se atentarmos para a incompatibilidade de sua tarefa relativamente à que é

específica de um *organon*. Essa incompatibilidade de tarefas fica explícita na indicação de Kant na *Lógica* a respeito daquilo que está implicado no conceito de *organon*:

por *organon* entendemos uma indicação da maneira de levar a cabo um certo conhecimento. Mas isso implica que eu já conheça o objeto de conhecimento a ser produzido segundo estas regras. (...) porque ele [o *organon*] pressupõe o conhecimento exato das ciências, de seus objetos e fontes. (*Lógica*, A5)

De acordo com a passagem referida podemos constatar que o conceito kantiano de *organon* é o de um conjunto de regras que servem para ampliar (descobrir, desdobrar, obter em acréscimo) o conhecimento de um objeto específico já previamente conhecido como tal. Nesse sentido, podemos constatar que um *organon*, como uma maneira de levar a cabo um certo tipo de conhecimento, só é possível na suposição de que os princípios que ele estabelece sejam regras que, para produzirem um certo conhecimento, já pressuponham um prévio conhecimento do tipo específico de objetos a que se referem, das fontes de onde emanam, e da ciência à qual ele pertence.

De acordo com essa concepção kantiana de *organon* fica patente que a *Crítica da Razão Pura*, como avaliação das fontes, limites e extensão da razão, não pode ser um *organon*, pois que, se o fosse, deveria possuir previamente o conhecimento exato das ciências filosóficas de que o sistema da razão pura viria a tratar, assim como de seus objetos e fontes - algo que não possui e nem pode possuir, pois que é sua função exata avaliar as fontes de onde *pode* emanar um conhecimento acerca de objetos, estabelecer quais os objetos que podem ser conhecidos e quais são as ciências que os devem abordar, bem como projetar, mas não efetivar, esse modo de abordagem.

Tendo em vista estas razões doutrinárias que impedem que a *Crítica da Razão Pura* seja considerada um *organon*, retornemos a analisar aquela segunda passagem citada, a qual deu margem à compreensão de que a *Crítica da Razão Pura* seria um *organon* para o desenvolvimento do sistema da razão pura.

Quando nos referimos, acima, àquelas passagens, consideramos que o fato de Kant lá afirmar simplesmente que a *Crítica da Razão Pura* era propedêutica ao sistema da razão pura, e não afirmar que ela seria propedêutica a um *organon*, bem como que este último, por sua vez, seria propedêutico ao sistema da razão pura, tudo isso poderia constituir um indício não de que ele considerasse que um *organon* seria uma tarefa pertencente ao sistema da razão pura, mas de que a mesma *Crítica da razão pura* já fosse este *organon*, que prepararia a possibilidade da edificação do sistema da razão pura. No entanto, se lermos estas passagens da perspectiva de que doutrinariamente isso deve ser negado, veremos que quando Kant contrapõe a tarefa da *Crítica da Razão Pura* à tarefa do sistema da razão pura, mostrando que à primeira concerne uma avaliação da razão quanto a seus limites e extensão e à segunda concerne uma ampliação dos conhecimentos adquiridos pela razão, fica implícito que a *Crítica da Razão Pura* não deve estabelecer um

*organon* como o sistema de princípios para aquisição dos conhecimentos ampliativos possíveis à razão pura, mas, pelo contrário, deve decidir acerca de sua viabilidade.

Este caráter decisório, que a *Crítica da Razão Pura* deve possuir quanto ao estabelecimento de um *organon*, fica mais explícito, quando atentamos a que, linhas abaixo às em que se encontra a passagem aludida, Kant afirma que

Na medida do possível, por conseguinte uma tal crítica é a **preparação para um *organon***, e, se este não tiver êxito, pelo menos para um cânon dos conhecimentos a priori, segundo o qual possa algum dia ser apresentado tanto analítica como sinteticamente o sistema completo da razão pura, consinta ele quer na ampliação quer na mera limitação de seu conhecimento.<sup>9</sup> (CRP, B 26)

Essa passagem permite que se conclua que a *Crítica da Razão Pura* não é um *orgánon* da razão pura, e que, em sendo viável a edificação de um sistema da razão pura que vise à ampliação dos conhecimentos da razão e não a sua limitação - pois que isso seria função de um cânon- então se faz necessário que a *Crítica da Razão Pura* prepare e projete (mas não efetivamente estabeleça) um *organon* da razão pura

Esta última conclusão, se estiver correta, traz dúvidas quanto à efetiva viabilidade de um *organon* da razão pura e de um sistema da razão pura. Quanto à questão de se para Kant é viável um sistema da razão pura, basta responder que a *Arquitetônica da Razão Pura* não só caracteriza o que deve ser o sistema da razão pura, como também estabelece o plano de sua viabilidade como ciência e como sistema de metafísica.

Essa caracterização do sistema da razão pura como ciência e como sistema de metafísica é oferecida por Kant em B 869 mediante a seguinte afirmação:

A filosofia da razão pura ou é uma propedêutica (...) ou constitui em segundo lugar o sistema da razão pura (ciência), todo o conhecimento filosófico (tanto o verdadeiro quanto o aparente) a partir da razão pura apresentado em sua interconexão sistemática e chama-se Metafísica. (CRP, B 869).

O plano apresentado por Kant para a edificação do sistema da razão pura como Metafísica é aquele que se encontra de B 873 a B 875.

Quanto à dúvida sobre se a *Crítica da Razão Pura* prepara o estabelecimento de um *organon*, podemos dirimi-la asseverando que se ela, enquanto propedêutica, apresenta o plano de um sistema da razão pura, e se este último deve ampliar o conhecimento da razão, então ela deve ser propedêutica a um *organon*, pois que, não sendo ela própria um *organon*, deve prepará-lo, visto que um sistema da razão pura como sistema ampliativo dos conhecimentos da razão só é possível através de um *orgánon*.

Mas, em sendo assim, como podemos entender que a *Crítica da Razão Pura* não é propedêutica a um *organon* e este não é propedêutico ao sistema da razão pura?

A resposta taxativa a esta questão encontramos-na na *Doutrina Transcendental do Método*. Nesta parte da *Crítica da Razão Pura*, encarregada de apresentar as condições formais para o

---

<sup>9</sup> Destaque nosso.

estabelecimento de um sistema da razão pura, não há nenhuma referência de Kant a um *organon* que seja propedêutico ao sistema da razão pura. Pelo contrário, na *Arquitetônica* Kant apresenta a caracterização do sistema da razão pura como um sistema de metafísica, caracterizando as subdivisões do sistema da razão pura a partir das divisões centrais da metafísica em *metafísica da natureza e dos costumes*, atribuindo a estas próprias ciências que constituem o sistema da razão pura a descoberta e aquisição dos princípios pertinentes a seus âmbitos de investigação específicos, como podemos notar:

A Metafísica divide-se na do uso *especulativo* e na do uso *prático* da razão pura, sendo portanto ou *metafísica da natureza* ou *metafísica dos costumes*. A primeira contém todos os princípios puros da razão derivados de simples conceitos (portanto excluindo a Matemática) e que se referem ao conhecimento *teórico* de todas as coisas; a segunda contém os princípios que determinam a priori e que tornam necessários o *fazer e o deixar fazer*. (CRP, B 869)

Sendo assim, o que obtemos é que o sistema da razão pura não é preparado por um *organon*, mas é um *organon* e sua aplicação detalhada. Isto significa que o sistema da razão pura deve ser tanto o estabelecimento de um *organon*, tomado enquanto “o conjunto daqueles princípios segundo os quais todos os conhecimentos a priori podem ser adquiridos e realizados” quanto, a sua efetiva e detalhada aplicação à totalidade dos conhecimentos que a razão pura pode estabelecer na forma de um sistema de metafísica doutrinal.

Provado, assim, que na *Introdução* Kant não só apresenta a filosofia transcendental como sendo erigida após a *Crítica da Razão Pura* na forma de um edifício composto de partes, mas também como o sistema de todos os princípios da razão pura que possibilitam a aquisição da totalidade do conhecimento *a priori*, e provado também que o sistema da razão pura por intermédio de um *organon* estabelece o conjunto ou sistema de todos os princípios que possibilitam todo o conhecimento *a priori*, possibilitando assim a construção de um edifício composto de partes, podemos concluir, como sugerimos acima quando mencionamos a possibilidade da existência de uma identidade entre sistema da razão pura e filosofia transcendental, que ambas se identificam por serem um *organon* do sistema da razão pura bem como sua aplicação detalhada.

## REFERÊNCIAS

BONACCINI, J. A. *A dialética em Kant e Hegel*. Natal: Edufrn, 2000.

CAIMI, M. *La metafísica de Kant*. Buenos Aires: Eudeba, 1989.

\_\_\_\_\_. “Consideraciones acerca de la Metafísica de Kant”. In: *Revista Latinoamericana de Filosofía*, v. XVIII, nº 2, 1992, p. 259-86.

FREULER, L. *Kant et la métaphysique spéculative*. Paris: Vrin, 1992.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Valério Rohden e Udo B. Moosburger. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

*Kant e-Prints*. Campinas, Série 2, v. 2, n. 2, p. 181-194, jul.-dez., 2007.

\_\_\_\_\_. *Lógica*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

LOPARIC, Z. *A Semântica Transcendental de Kant*. Campinas: Unicamp, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2000.

TURRÓ, S. *Tránsito de la naturaleza a la historia en la filosofía de Kant*. Barcelona: Antrophos, 1996.